



GT05 -Comportamento, opinião pública e cultura política

A periferia que oscila: Esboços de Realinhamento e Desalinhamento Eleitoral em São Paulo?

Jairo Pimentel Jr – FESPSP.

AlekseiZolnerkevic- USP.

Resumo

Este artigo visa compreender o processo eleitoral na capital paulista em 2016 a partir dos conceitos de alinhamento, realinhamento e desalinhamento de classe. A principal hipótese explorada é de que a surpreendente vitória de Doria no primeiro turno pode ser analisada a partir de dois processos simultâneos: uma baixa aprovação do incumbente de uma forma geral e um descontentamento da periferia em relação ao seu governo em particular. Tais processos foram responsáveis pela quebra de alinhamentos prévios entre PT, os eleitores da periferia e de estratos sociais mais baixos.

Introdução.

Ao longo do tempo, a eleição para cargos majoritários na cidade de São Paulo foi marcada por apresentar uma relativa estabilidade no alinhamento entre classe social e voto, bem como nos padrões espaciais de votação. É sabido, e já muito bem catalogado na literatura sobre o tema, que na capital paulista o Partido dos Trabalhadores (PT) é mais bem votado nas regiões periféricas, onde a renda média da população é mais baixa, enquanto que os partidos de centro e direita, principalmente o PSDB nos últimos pleitos, recebem mais votos nas regiões mais ricas e centrais da cidade. No entanto, a eleição municipal de 2016 apresentou uma distribuição geográfica e sócio-demográfica

dos votos diferente desse padrão anterior. O candidato João Doria do PSDB (eleito em primeiro turno, algo inédito até então) surpreendentemente foi vitorioso em quase todos os distritos administrativos da cidade São Paulo¹. Dessa forma, a eleição de 2016 pois em cheque a estabilidade construída entre essas diferenças clivagens sociais e suas preferências eleitorais.

Essa eleição foi marcada também pelos altos níveis de votos nulos e brancos, e abstenções, fenômeno esse que já vem ocorrendo pelo menos desde da eleição municipal anterior de 2012. Mais ainda, a partir da comparação do resultado eleitoral da eleição municipal de 2016 com os pleitos anteriores observamos que nessa eleição o aumento no nível de alienação eleitoral (abstenção + votos nulos + brancos) foi maior na periferia do que nos distritos mais ricos da cidade, indicando, como veremos, um processo de desalinhamento eleitoral dos eleitores dessa região.

Dessa forma, este artigo trata de analisar os padrões de voto geográfico e de classe na eleição municipal de 2016 analisando os possíveis motivos para a perda da força eleitoral do PT nas regiões periféricas, assim como aqueles que fizeram o candidato Doria vencer a eleição logo no primeiro turno.

Alinhamento,realinhamento e desalinhamento eleitoral- Um balanço da literatura.

Segundo Carreras, Morgensten e Su(2013), é possível agrupar três perspectivas teóricas sobre a relação entre clivagens sociais e voto no decorrer do desenvolvimento histórico dos pleitos: uma perspectiva que analisa o processo de formação e manutenção do **alinhamento eleitoral** entre clivagem e voto; outra que visa a avaliar processos de **realinhamento eleitoral**, mudanças duradouras ou pontuais no alinhamento prévio entre classes sociais e o voto; e um pouco mais recentemente uma perspectiva que salienta a existência de um processo de **desalinhamento eleitoral**, onde o comportamento eleitoral se encontra dissociado das clivagens sociais e é produto de estímulos de curto prazo e das alterações nas estruturas sociais das sociedades pós-modernas.

¹Menos os distritos de Grajaú, Parelheiros e Marsillac, onde Marta Suplicy conseguiu sair vitoriosa.

Avaliando a literatura sobre o tema, pode-se observar que a preocupação em analisar a relação entre clivagens sociais e voto é relativamente antiga, remontando a estudos que datam de pouco antes da Segunda Guerra Mundial, com abordagens amparadas em técnicas de inferência ecológica que visavam compreender o voto de diferentes grupos de renda e/ou ocupação (Manza, Hout e Brooks, 1995). Entretanto, esse tema de fato ganhou status teórico mais abrangente após o desenvolvimento da técnica de *survey* o lançamento do seminal trabalho de Lazarsfeld e colaboradores da Universidade de Columbia, “The People’s Choice” (Lazarsfeld, Berelson e Gaudet, 1968). Essa obra - conhecida como marco fundador da chamada escola sociológica do voto - demonstrou que os eleitores americanos da década de 40 tendiam a votar de acordo com os grupos sociais a que pertenciam, e essa predisposição eleitoral tenderia a se manter relativamente constante no decorrer do tempo, oferecendo pouca margem para mudanças abruptas, mesmo em face de bombardeios de propaganda eleitoral nos meios de comunicação em massa.

Além dos Estados Unidos, vários outros trabalhos utilizando pesquisas de *survey* emergiram nesse contexto nos países da Europa Ocidental, tornando possível a comparação dos resultados da posição de classe e comportamento eleitoral (Alford, 1967, Rose e Urwin, 1969). Tal como salienta Nieuwbeerta (1995), era enorme o consenso nessa primeira geração de estudos de que haveria uma clara relação generalizada entre posição socioeconômica e voto partidário, de forma que: “Para todos países examinados, esses estudos mostraram que pessoas nos estratos sociais mais baixos tinham maior probabilidade para votar em partidos de esquerda do que as classes mais altas”, Nieuwbeerta (1995: 348).

A segunda perspectiva sobre o tema, a chamada teoria do realinhamento, iniciada pelo trabalho de V.O. Key (1959), se desenvolveu à partir de evidências empíricas de que haveria momentos na história eleitoral americana, chamadas de “eleições críticas”, onde as bases sociais prévias de apoio dos dois grandes partidos, o Republicano e o Democrata, se alteraram. Esses momentos de mudança, ocorreram geralmente em reação a acontecimentos traumáticos como crises sociais, econômicas e políticas que causaram alterações nas clivagens anteriormente identificadas e consequentemente nos padrões de apoio eleitoral aos partidos mais consolidados. Essas eleições críticas podem representar apenas uma eleição desviante, onde na eleição subsequente retornar-se ao alinhamento nos apoios eleitorais anteriores ou um realinhamento eleitoral mais duradouro.

Esse processo de realinhamento raramente envolve apenas uma eleição (“realinhamento crítico”), geralmente é um processo gradual que pode durar uma série de eleições consecutivas, “realinhamento secular”, onde gradualmente vão se consolidando novas bases de apoio e alianças em resposta aos assuntos de interesses relacionados ao “trauma social” pivô do realinhamento em curso (Key, 1959).

O período de realinhamento mais conhecido é aquele do período pós “Grande Depressão Americana” nas duas vitórias do presidente Roosevelt em 1932 e 1936 quando ocorre uma inversão no apoio eleitoral para os dois grandes partidos entre as grandes seções do território americano: as regiões Norte, Leste e Meio Oeste do país tornaram-se majoritariamente Democratas, enquanto que no sul o partido Republicano se torna mais forte.

Por fim, a partir dos anos 1980, surgiu uma terceira perspectiva sobre a relação entre clivagens sociais e voto, a chamada teoria do desalinhamento eleitoral (Dalton, Scott e Beck, 1984). Essa perspectiva se assenta na observação de um aumento nos índices de volatilidade eleitoral nos países da Europa Ocidental e nos EUA, particularmente nos países Escandinavos, Holanda e Reino Unido, como consequência de um declínio do impacto das clivagens sociais no comportamento eleitoral, ou seja, a diminuição da importância dos grupos sociais como estruturadores das escolhas eleitorais e de uma substantiva diminuição da confiança e conexão entre as pessoas e os partidos políticos tradicionais. Sem uma forte influência mobilizadora dos partidos políticos, o nível de participação eleitoral acaba diminuído (“turnout”), assim como os índices de identificação e filiação partidária, resultando em uma diminuição da previsibilidade dos pleitos eleitorais ao longo dos anos (volatilidade eleitoral).

Segundo Gallagher, Laver e Mair (2011) haveria três grandes causas por trás desse processo de desalinhamento eleitoral: (1) Mudanças na estrutura social das sociedades; (2) Mudanças nos padrões de comportamento e identidade coletiva dos eleitores; (3) e por fim mudanças no comportamento organizacional e ideológico dos partidos políticos.

No período pós-guerra os países ocidentais mais industrializados teriam vivenciado uma mudança na estrutura social das suas sociedades. Eles teriam alcançado um tamanho grau de estabilidade social e econômica, com as pessoas tornando-se cada vez mais educadas e prósperas, o que junto com as mudanças tecnológicas e a modernização da economia acabaram tornando as linhas de divisão entre os estratos sociais menos evidentes do que no passado.

De acordo com a teoria da “mobilização cognitiva” (Dalton, McAllister e Wattenberg 2003), esse aumento do nível educacional em conjunto com um maior acesso às mídias de massa como a televisão e a difusão da cultura individualista nas sociedades pós-modernas, teriam contribuído para que os eleitores se tornassem cada vez mais sofisticados politicamente e independentes dos partidos no que concerne por exemplo, ao papel destes últimos no processo de socialização e mobilização política das pessoas, tornando as decisões eleitorais cada vez mais individualizadas elevando as pessoas a prescindirem de atalhos cognitivos de referências sociais e das legendas partidárias para a tomada de decisão do voto.

A alteração da estrutura social causaria também uma diferença geracional em relação aos assuntos de interesses dos eleitores. Durante esse processo de modernização das sociedades industriais, os novos eleitores mais escolarizados teriam convergido suas preocupações para temas de interesse “pós-moderno” ou “não-material” tais como meio ambiente, direitos humanos e igualdade de gênero, defendidos por exemplo pelos partidos libertários de esquerda como os Partidos Verdes, surgidos a partir de 1970 (Inglehart, 1984).

Essas transformações na economia e na sociedade pós-moderna acarretaram também em mudanças nos padrões de identidade coletiva dos eleitores. Com a crescente secularização da sociedade diminuiu a identidade coletiva baseada na religião, erodindo a base de apoio dos partidos democratas cristãos; e com a modernização da economia e a adoção do modo flexível de produção houve uma redução do número de trabalhadores industriais e aumento da fragmentação dos postos de trabalho com diferentes níveis de exclusão social tornando as demandas dos trabalhadores mais setorizadas e individuais sendo mais difíceis de serem representadas pelas tradicionais organizações coletivas de classe como os sindicatos (Dalton, McAllister e Wattenberg, 2000; Gallagher, Laver e Mair 2011).

Por fim, para se adequar a essas mudanças na estrutura social das sociedades e nas identidades coletivas dos eleitores, os partidos buscaram também se modernizar e ampliar as suas agendas políticas para além das suas linhas sociais de sustentação básica. Os partidos de centro-esquerda por exemplo, vendo a sua base social de apoio se fragmentar procuraram ampliar a sua agenda, em um movimento “*catch all*”, para o centro com o objetivo de atrair setores da classe média. Estudos mais recentes mostram que esse movimento no longo prazo fez com que diminuísse no eleitorado a percepção

das diferenças ideológicas entre os partidos tradicionais quesomando-se ao fato que nos dias mais recentes esses últimos tem falhado em restaurar os níveis de prosperidade social anteriores a crises econômicas mundiais, como a de 2008, fez com que uma porção significativa do eleitorado passa-se a flertar com partidos e candidatos populistas dos dois extremos do espectro ideológico como, por exemplo, Bernie Sanders e Donald Trump nos EUA (Inglehart e Norris, 2016).

Não obstante, o desalinhamento eleitoral em países da terceira leva de democracia, particularmente na América Latina (Carreras, Morgenstern e Su, 2013), também pode ser causado pelo processo de perda de credibilidade da classe política em relação ao eleitorado graças as seguidas crises econômicas, desmandos políticos e escândalos de corrupção na região, que leva ao surgimento e a viabilidade de candidaturas consideradas “outsiders” da política na região, considerações que podem ser utilizadas para aventar hipótese sobre o atual quadro eleitoral brasileiro no que concerne essa relação entre classe e voto.

Alinhamento e Realinhamento Eleitoral no Brasil e em São Paulo.

Tratando especificamente sobre o caso brasileiro, existe uma farta literatura dando conta de mostrar processos de alinhamento de classe em nosso eleitorado. De uma maneira geral, tais trabalhos demonstram haver, grosso modo, uma tendência histórica dos eleitores mais pobres direcionarem seu voto aos partidos de esquerda, enquanto eleitores de estratos mais altos votariam em partidos de centro e direita, isso sendo verdade tanto para o período republicano de 45 a 64 (Simão, 1956; Weffort, 1965; Ferreira 1960, 1962; Soares, 1961; Cintra, 1968), passando pelo período de eleições que ocorreram durante o regime militar (Lamounier, 1978; Reis, 1978), e o mesmo valendo também para boa parte do atual contexto democrático, sobretudo após a chegada de Lula a presidência da república (Singer, 2009; Holzackere Balbachevsky, 2007; Braga e Pimentel, 2011).

Tal como afirma Singer (2012), essa tendência não foi observada a princípio durante o processo de abertura democrática, e nem ainda durante os anos 90, na disputa para a presidência da República. Segundo esse autor, nesse ínterim eleitorado mais pobre tendeu a votar majoritariamente em candidaturas de direita, enquanto a esquerda

(de sobremaneira o PT), amealhava parcelas consideráveis de eleitores entre a classe média. Foi justamente nas periferias das grandes cidades e nos municípios mais pobres que Collor obteve maior apoio na eleição de 1989, enquanto Lula galgou maioria nos grandes centros urbanos e entre os eleitores de maior renda (Singer, 1990). Já nas eleições onde FHC se sagrou presidente (1994, 1998) não parece ter havido qualquer relação significativa entre classe e voto tanto para PT quanto o PSDB (Singer, 1999, Martins Jr, 2009).

Entretanto, Singer argumenta que após a chegada de Lula ao poder em 2002, teria havido paulatinamente uma mudança na base social do eleitorado petista em relação as eleições anteriores, quando os eleitores mais pobres passaram a votar nessa legenda, enquanto a classe média tendeu a votar mais em candidatos do PSDB. Tal fenômeno é considerado por Singer como um realinhamento eleitoral, concretizado a partir da eleição de 2006, que teria dado vazão ao surgimento do fenômeno do lulismo².

Fenômeno parecido é possível de se observar na cidade de São Paulo na nossa atual experiência democrática. Quando o PT surgiu como um importante ator eleitoral na cidade, sobretudo à partir da vitória de Luiza Erundina na eleição de 1988, ele era considerado basicamente um partido da classe média e de parte da periferia da cidade. Isso porque, nas eleições para governador de 82 e 86, já se observava que o PT havia fincado raízes em eleitores de maior renda e escolaridade, mas também, paradoxalmente, tinha conseguido votação acima da média na cidade em regiões periféricas e mais pobres da cidade, sobretudo nas mais próximas ao ABC - berço do sindicalismo e do próprio partido- (Lamounier, 1980; Sadek, 1984; Pierucci, 1989; Muzynski, 1989). Desde esse período até a eleição de 2000 o voto no PT manteve-se relativamente inalterado em termos de alinhamento de classe, localidade geográfica e voto.

Durante esse mesmo período de quase vinte anos, é possível observar movimentos de expansão paulatina do PT em direção as classes mais baixas de renda e escolaridade, bem como uma gradativa expansão nas franjas da periferia da cidade (Limongi e Mesquita, 2008), num esboço de realinhamento secular. Entretanto, somente em 2004 pode-se observar um realinhamento de classe, com a atuação da administração Marta Suplicy (2001-2004), sendo especialmente aprovada em setores mais pobres da população, em consonância com realinhamento em curso no nível federal. Nesse sentido,

²Falta a explicação sobre o lulismo.

eleitores de menor classe social passaram a votar majoritariamente nesse partido, enquanto houve perda de eleitores de classe mais alta, que passaram a votar em candidaturas de centro-direita, sobretudo o PSDB (Frizzo, 2013).

Destarte, a literatura mais recente sobre as eleições municipais de São Paulo argumentava haver três grandes forças políticas que mantinham bases sociais e espaciais de apoio eleitoral bem estabelecidas (Figueiredo et al. 2002, Limongi e Mesquita, 2008, Pimentel e Penteado, 2011, Frizzo, 2013). A direita populista, representada por figuras como Jânio Quadros, Paulo Maluf e mais recentemente Celso Russomano, que até pelo menos a eleição municipal de 2000 estava entre as duas maiores forças políticas da cidade, tinha o seu apoio eleitoral concentrado nos bairros operários de classe média baixa intermediária das regiões leste e norte da cidade (Pierucci, 1989). As forças de centro e de direita principalmente o PSDB que concentram o seu apoio político nos bairros ricos da região central da cidade e também os espaços deixados pela candidaturas de direita populista, e o Partido dos Trabalhadores (PT), representado a esquerda, tem o seu apoio concentrado nas regiões periféricas.

Entretanto, em 2016 vemos emergir um novo cenário sobre essa relação entre classe, localidade geográfica e voto na cidade de São Paulo, com uma configuração inédita para o Partido dos Trabalhadores. Pela primeira vez o PT perdia as eleições em todos os distritos de São Paulo, ao mesmo tempo em que voltava a ser mais votado entre eleitores de maior renda e escolaridade em comparação aos demais estratos eleitorais. Não obstante, antes de avaliar essa mudança no padrão de comportamento eleitoral em São Paulo, se faz necessário entender o contexto eleitoral da cidade e a surpreendente vitória de Doria ainda no primeiro turno.

Contexto de campanha e avaliação de desempenho do Governo Haddad.

É possível aventar que a vitória de Doria em São Paulo foi cimentada por quatro fatores em especial: 1) a ampla coligação (construída pelo Governador Geraldo Alckmin) que lhe garantiu um bom tempo de TV, 2) um baixo recall (conhecimento), 3) uma baixa aprovação do atual incumbente e 4) um contexto crítico do PT no plano federal, sobretudo após o impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Antes mesmo da campanha, o Governador Geraldo Alckmin demonstrou enorme empenho para fazer de Doria candidato a prefeito pelo PSDB. O esforço de Alckmin

vinha do cálculo político de que a vitória nas prévias peessedebistas do então vereador Andrea Matarazzo poderia representar o fortalecimento de seu padrinho, José Serra, na disputa interna do partido para a disputa a presidência da República em 2018. O partido saiu rachado das prévias, com denúncias de fraudes e com a saída de Matarazzo da legenda (que posteriormente se tornaria vice, na chapa de Marta Suplicy), mas Alckmin e Doria conseguiram emplacar seus objetivos iniciais para o pleito municipal.

Além de fortalecido no partido, Alckmin ainda construiu uma coligação com 13 partidos que juntos ofereceram 12 minutos diários de inserções (spots de TV) e 3 minutos de programa no HGPE, tornando Doria o candidato com maior tempo de televisão na disputa. Apesar de não ser algo definidor do pleito, ter mais tempo de TV comprovadamente ajuda na disputa (Borba e Figueiredo, 2015; Speck e Cervi, 2016).

Esse tempo de TV foi ainda mais precioso para Doria se levado em consideração o baixo recall (conhecimento) que o eleitorado possuía de Doria pouco antes do começo da campanha. Neófito em eleições, em julho de 2016, 50% dos eleitores declararam que nunca tinham ouvido falar em Doria e apenas 15% declararam o conhecer muito, algo que contrasta com os principais concorrentes, que já possuíam alto recall: em média em torno de 65% de eleitores declarou que os conheciam muito bem, tal como pode ser visto na tabela 1 à seguir. Esse baixo recall, juntamente com um bom tempo de TV, já havia sido um mote impulsionador da vitória de Kassab em 2008 (Pimentel e Penteado, 2011).

Tabela 1. Conhecimento dos candidatos (%)

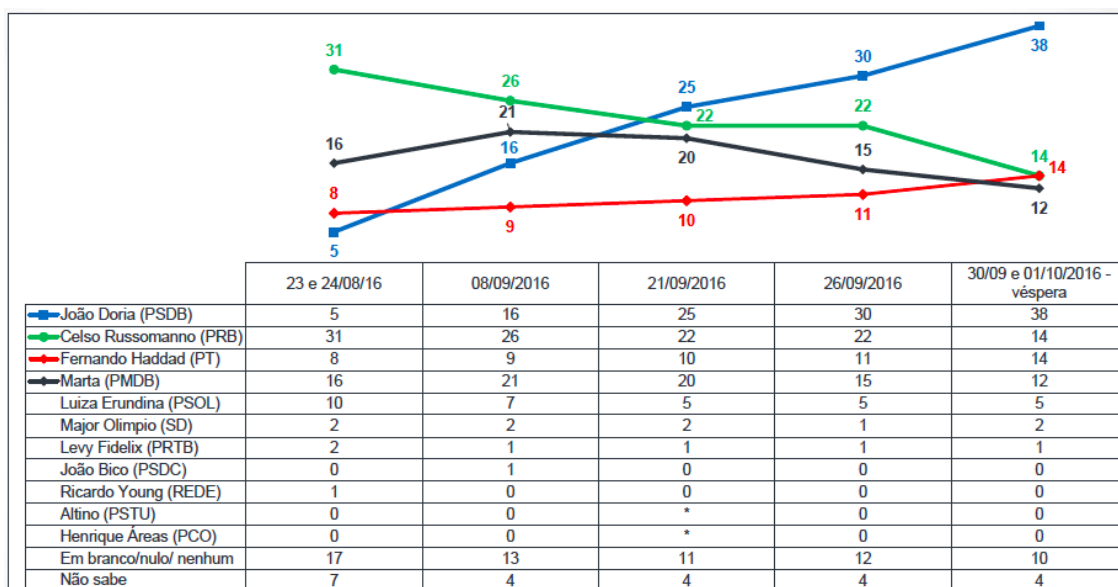
	Fernando Haddad	Celso Russomano	Marta Suplicy	João Doria
Conhece Muito Bem	67	64	69	15
Conhece um pouco	23	23	22	15
Só de ouviu falar	9	12	8	20
Não conhece	1	2	1	50
Total	100	101	100	100

Fonte: Datafolha, 13/07/2016.

Pouco antes da campanha de TV, em agosto, Doria possuía apenas 5% das intenções de voto, sendo o quinto colocado na disputa, tal como pode ser visto no gráfico 1 à seguir. Ele cresceu 25 pontos percentuais em aproximadamente um mês (no dia 26/09) de veiculação de campanha de TV (passando de 5% para 30%), enquanto por outro lado Russomano perdeu 9 pontos nesse período (passando de 31% para 22%) e Marta, que chegou a 21% um pouco depois da campanha de TV acabou perdendo 6 pp.

(de 21% passou para 15%). Haddad, a exemplo de Doria, também cresceu, mesmo que timidamente, com avanço de 3.pp (passando de 8 para 11). A última semana de semana mostra um desfecho que pode ser explicado em grande medida pelo voto útil. Doria consegue 38% das intenções de voto na véspera, aparentemente roubando mais eleitores de Russomano, que despenca 8 pp. em apenas uma semana, denotando um possível movimento do eleitor de centro-direita para a candidatura tucana, que já despontava como favorita nesse cenário. Por outro lado, os eleitores alinhados as candidaturas de esquerda apostaram mais em Haddad, que subiu 3 pp. na última semana, enquanto Marta acabou perdendo também 3 pp.

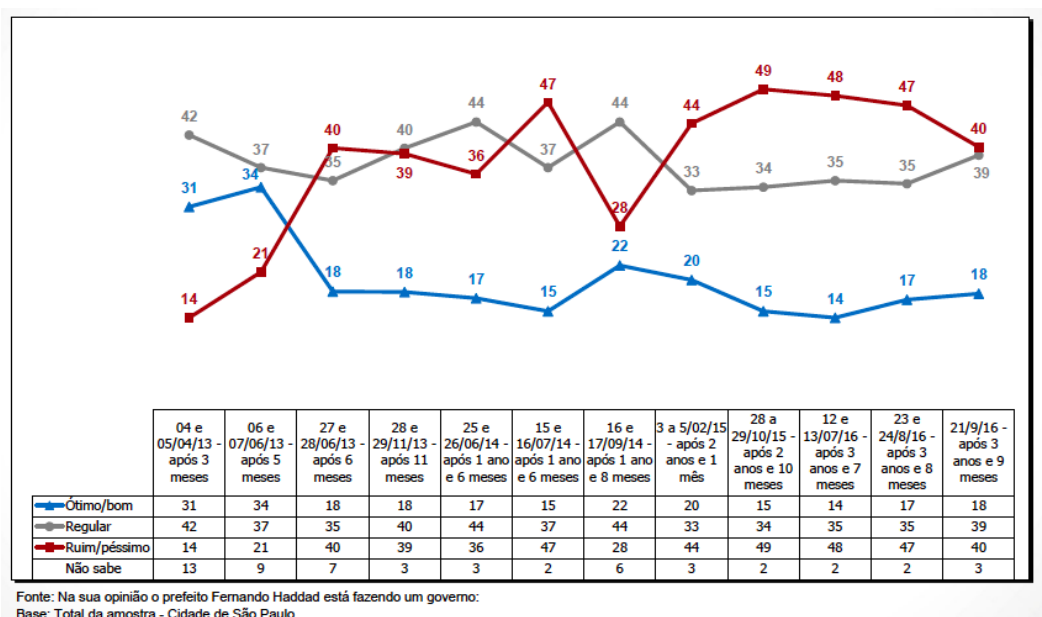
Gráfico 1. Evolução das intenções de voto- pergunta estimulada (%)



Fonte: Datafolha.

Apesar da subida de Haddad na reta final, ela foi pouco expressiva e compatível com sua baixa avaliação. Haddad chegou com a apenas 17% de Ótimo/Bom as vésperas da campanha e ao final dela conseguiu manter essa aprovação em nível semelhante (18%), apesar de observada uma queda de 7 pp. em sua reprovação. Esses dados mostram que de maneira geral, desde a jornadas de junho, Haddad manteve baixos níveis de aprovação. Com esse percentual, seria pouco provável que Haddad conseguisse vencer a eleição, tendo em vista que governantes com patamares abaixo de 40% de Ótimo/Bom apresentam baixo índice de reeleição (Almeida, 2006).

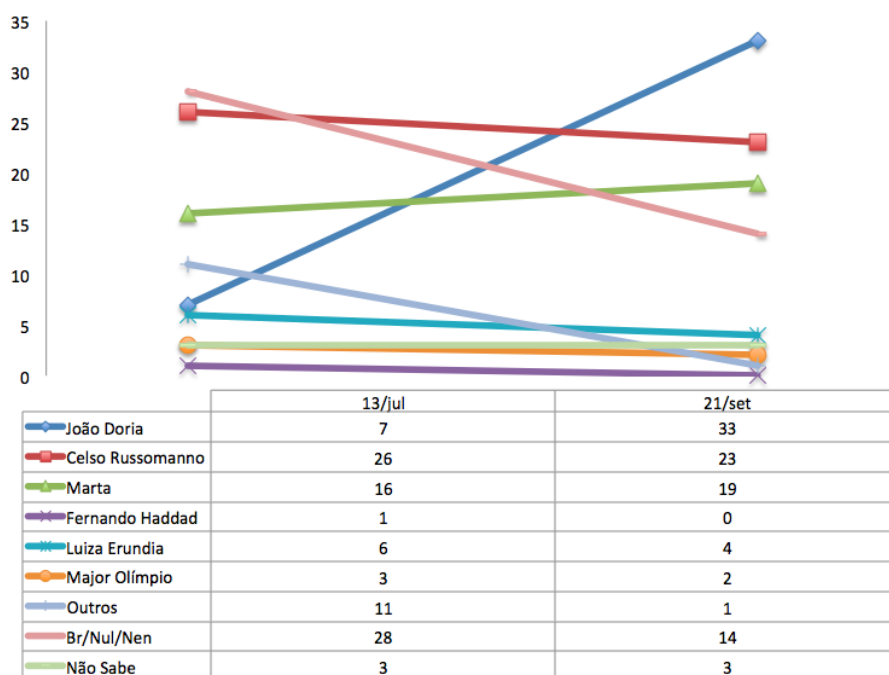
Gráfico 2. Evolução Avaliação de Governo Haddad (%)



Fonte: Datafolha.

Aproveitando-se dessa baixa avaliação, é muito provável que Doria tenha conseguido amealhar grande quantidade de votos justamente entre aqueles que reprovavam a administração Haddad. De fato, tal como pode ser visto no gráfico à seguir, antes da campanha de televisão, Doria possuía apenas 7% entre aqueles que reprovavam a administração Haddad, sendo apenas o terceiro colocado dentro desse segmento. Entretanto, chegando a duas semanas do final do primeiro turno, Doria conseguiu chegar ao primeiro lugar dentro desse segmento com 33% dos votos. Enquanto outros candidatos derrapavam, sem conseguir crescer, Doria conseguiu 26 pp., aparentemente conseguindo votos entre eleitores indecisos e entre os candidatos de menor expressão. Assim, o maior tempo de TV e o fato de ser um candidato de oposição pouco conhecido pesaram para fazer Doria crescer eleitoralmente.

Gráfico 3. Avaliação de Governo Haddad e intenção de voto (%) –Somente quem avaliava como Ruim/Péssima.



Por fim, outro fator relevante foi o contexto crítico ao PT nas eleições de 2016. O afunilamento das investigações da Lava-jato, conjuntamente com a baixa aprovação de Dilma³, crise econômica e o seu impeachment levaram o partido a perdas substanciais de prefeituras em todo o Brasil⁴, passando de terceiro partido com maior número de prefeituras (atrás apenas de PMDB e PSDB) para se tornar o décimo em número de prefeituras conquistadas⁵. Esse contexto mais crítico potencialmente afetou o desempenho de Haddad.

Dessa forma, para além das questões relacionadas ao marketing eleitoral e a sua propaganda eleitoral de TV⁶, é possível afirmar que a vitória de Doria se deve em larga medida aos fatores elencados anteriormente, que ofereceram uma janela de oportunidade única para a volta do PSDB ao palácio do Anhangabaú.

³Segundo Datafolha, em abril de 2016, as vésperas da votação de seus impeachment, Dilma tinha apenas 11% de Ótimo/Bom.

⁴A estimativa é que, comparado com 2012, o PT perdeu 60% de suas prefeituras em 2016: <https://www.cartacapital.com.br/politica/em-4-anos-pt-perde-60-das-prefeituras>

⁵fonte: Congresso em foco,03/10/2016- <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/pt-despenca-da-terceira-para-a-decima-posicao-em-numero-de-prefeituras/>

⁶Muito se comentou na imprensa e se debateu sobre a ótima propaganda de Doria e os motes utilizadas por ele para convencer o eleitor, sobretudo por sua propaganda eleitoral ter focado em um discurso antipolítico, gestor e trabalhador. Apesar de reconhecer os méritos dessa mensagem, o intuito dessa parte do artigo não é avaliar tais mensagens e seu impacto sobre o voto, mas sim os fatores estruturais e contexto que permitiram que tais mensagens tivessem aderência eleitoral. Para uma análise desse tipo ver: Azevedo Jr., A. e Philipi, R. (2017). A Transmutação da Matéria em São Paulo: Como o Empresário João Doria Jr. virou o Prefeito João Trabalhador. In: Azevedo Jr. ; Castro, F ; Panke, L. Eleições 2016, Análises do HGPE em capitais brasileiras. Londrina, Ed. Syntagma.

Geografia, Classe e voto em 2016- Realinhamento ou Desalinhamento em São Paulo?

O resultado da eleição de 2016 pode ser considerado surpreendente não apenas pela vitória em primeiro turno de Doria, mas também por ele ter conseguido vencer em praticamente toda a cidade de São Paulo. Mapeando os resultados eleitorais da eleição de 2016 (mapa 1), agregando os resultados eleitorais por local de votação⁷ na escala dos distritos administrativos da cidade de São Paulo, observamos que o candidato João Doria do PSDB foi o mais bem votado em 92 dos 95 distritos administrativos da cidade, mas mantendo o mesmo padrão histórico de apoio ao partido de ser mais bem votado nas regiões mais centrais e ricas da cidade. Os três distritos restantes (Grajaú, Parelheiros e Marsillac) localizados no extremo sul da cidade, Marta Suplicy, ex- prefeita da cidade pelo PT atualmente no PMDB foi a que obteve a maioria dos votos. Dessa forma, o PT que até a última eleição municipal de 2012 era considerado uma das maiores forças eleitorais da cidade, não ganha em nenhum distrito ou região da cidade, algo que não ocorria desde a sua primeira disputa municipal em 1985.

Quando mapeamos os votos do PT na eleição municipal de 2016 (mapa 2) e comparamos com o desempenho do partido em 2012 (mapa 3) destacando as perdas e os ganhos de uma eleição para outra (mapa 4), observamos um aparente derretimento no apoio ao partido sobretudo no seu reduto eleitoral histórico, a periferia. Diferentemente da geografia eleitoral do PT nas eleições municipais anteriores o mapa do voto de Haddad em 2016 mostra uma grande perda de votos na periferia e um melhor desempenho em bairros mais centrais da cidade. Os seus melhores resultados encontram-se nos distritos do centro de São Paulo (Sé, República) em direção oeste seguindo o caminho das faculdades Mackenzie, PUC, USP, e nos distritos do extremo sudoeste da “Cidade Jardim Ângela” e “Jardim São Luiz” e no distrito “Cidade Tiradentes” no extremo Leste da cidade tradicionais redutos do partido.

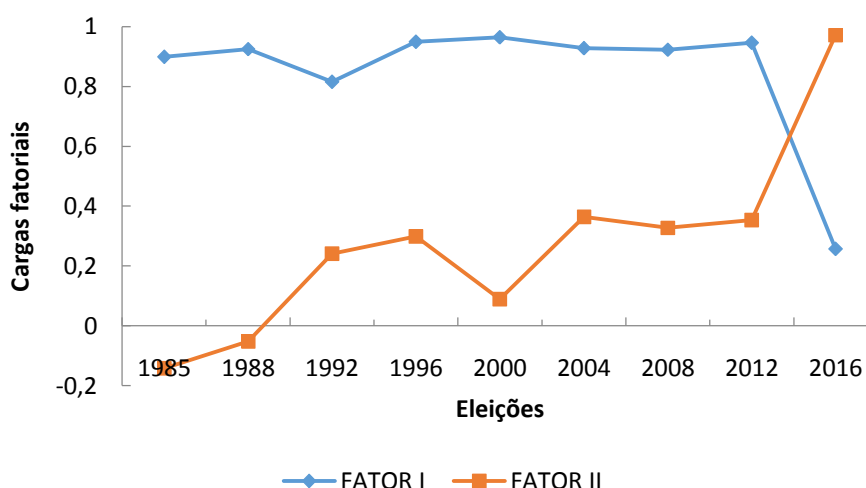
Essa diferença entre o padrão espacial de votação do PT em 2016 em relação às eleições municipais anteriores pode ser melhor entendida quando utilizamos o método estatístico da análise fatorial do modelo “T” (Archer e Taylor, 1981) que busca agrupar

⁷ O endereço dos locais de votação foi disponibilizado pelo TSE a partir da eleição municipal de 2008.

eleições com padrões espaciais de votação semelhantes em fatores. Para essa análise utilizou-se os resultados eleitorais em porcentagem do PT das eleições consecutivas de 1985 a 2016 na escala das 35 zonas eleitorais utilizadas até 1992⁸.

Nesse modelo “T” da análise fatorial foram extraídos dois fatores, por meio do método “análise de componentes principais” (ACP) representando 88% da variabilidade dos dados. Posteriormente, utilizou-se o método de rotação oblíqua “oblimim direto”, que aumenta a probabilidade da análise fornecer cargas fatoriais intermediárias que indicam uma interação maior entre os fatores (Archer e Taylor, 1981). O fator I representa a relativa estabilidade nos padrões espaciais de votação do PT de 1985 a 2012 e o fator II a quebra dessa estabilidade na eleição municipal de 2016 (gráfico 1).

Gráfico 4 – Representação gráfica da análise fatorial do modelo “T” sobre a votação do PT nas eleições municipais de 1985 a 2016.



Fonte: Seade, TSE

Em parte, as razões que levaram à vitória de Doria no primeiro turno são também responsáveis pelas mudanças no padrão de comportamento do eleitorado cativo do PT, em pelo menos um fator específico: a sua baixa avaliação de Governo na periferia e entre estratos de renda e escolaridade mais baixos. Na Tabela 2 abaixo é possível verificar os estratos de escolaridade e renda que melhor avaliavam a administração Haddad. Observa-se que a aprovação de Haddad seguiu o padrão inverso ao

⁸ Os resultados eleitorais das eleições de 1996 a 2016 para essa análise foram agregados nessas 35 zonas eleitorais utilizadas até 1992 para fins de comparação.

historicamente construído pelo PT: foi justamente entre os mais escolarizados e eleitores de maior renda que avaliação de Haddad foi melhor:

Tabela 2. Avaliação de Governo Haddad por escolaridade e renda (%)

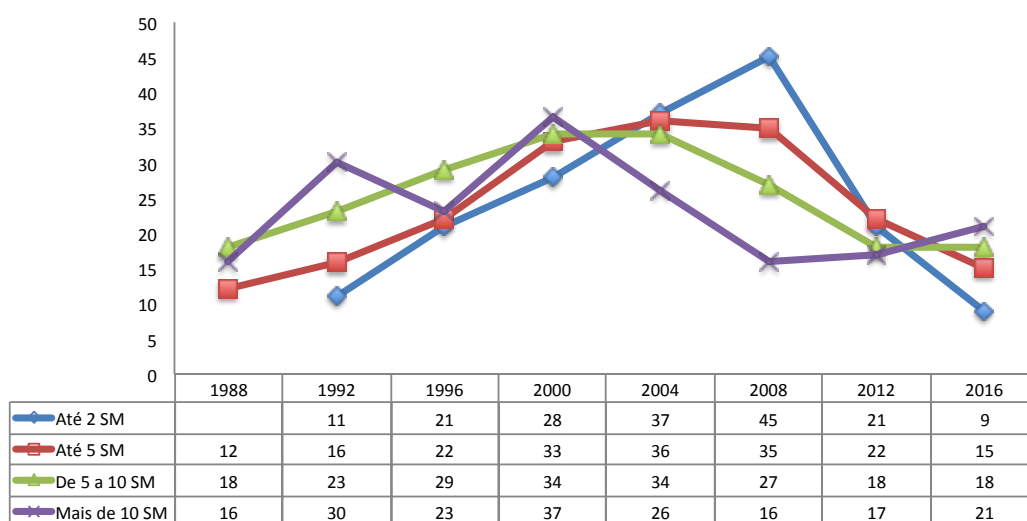
	Total	Escolaridade			Renda			
		Fund.	Médio	Superior	Até 2 SM	Mais de 2 a 5 SM	Mais de 5 a 10 SM	Mais de 10 SM
Ótimo/bom	14	11	12	20	14	11	21	22
Regular	35	43	36	28	38	37	32	24
Ruim/Péssimo	48	41	52	51	43	51	48	54
NS/NR	2	6	1	0	4	1	0	0

Fonte: Datafolha, 13/07/2016.

Essa melhor avaliação de Haddad entre as classes mais altas do eleitorado redundou também em maior quantidade de votos dentro desses estratos. Como se observa nos gráficos abaixo, foi justamente entre eleitores de maior renda e escolaridade que Haddad conseguiu maior parcela de votos, indo de contra a tendência de nas últimas eleições.

Tal como pode ser visto no gráfico a seguir, o PT gradualmente veio ganhando maior força entre os eleitores com menor renda (as faixas de até 2 SM e de até 5 SM), culminando com seu melhor resultado dentro desse eleitorado em 2008. Mesmo em 2012, quando teve uma queda expressiva nas intenções de voto, as faixas de renda inferior tinham maior intenção de voto do que quando comparada as faixas mais altas de renda. Já em 2016, observamos uma queda expressiva nas intenções de voto nas faixas de renda mais baixa, levando o partido a obter percentual de votos semelhante, dentro desses segmentos, ao que possuía ainda na década de 80 e começo da década de 90. Por outro lado, as faixas de renda mais altas tenderam a votar mais em Haddad, mostrando assim um padrão de alinhamento de classe e voto bastante parecido com o observado até a eleição de 2000. O mesmo se observa em relação à escolaridade os eleitores, com predominância de um voto de nível superior até 1996, com retomada desse padrão em 2016

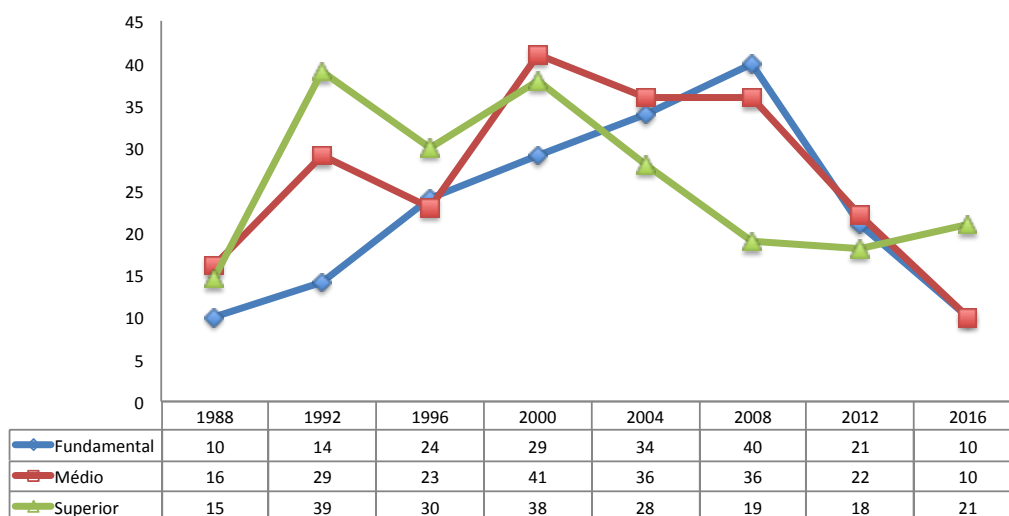
Gráfico 5 . Evolução das intenções de voto no PT- 1º turno, por faixa de renda -1988- 2016.



Fonte: Datafolha, adaptado de Frizzo, 2013.

*Em 1988 a menor categoria agregada era até 5 SM.

Gráfico 6. Evolução das intenções de voto no PT- 1º turno, por escolaridade -1988- 2016.



Fonte: Datafolha, adaptado de Frizzo, 2013.

Essa observação empírica de maior voto do PT nas regiões centrais, em estratos de renda e escolaridade é algo inédito na história das eleições paulistanas. Se retomarmos a literatura sobre o tema veremos que o PT, apesar de ter sido em seu início histórico mais votado pela classe média do que pelas classes mais baixas, sempre teve um importante apoio no eleitorado periférico, tal como argumentado anteriormente.

Entretanto, em 2016 o PT nem obteve apoio mais forte entre os mais pobres nem entre os eleitores da periferia.

Nesse sentido, observando essa mudança de comportamento no eleitorado petista, é possível cogitar que essa eleição de 2016 pode marcar o início de um processo de novo realinhamento eleitoral em São Paulo, com o PT sendo um partido de classe média, tal como ocorria na década de 80? Essa cogitação parece ser pouco provável se levado em conta o voto do PSDB nos mesmos estratos eleitorais de renda e escolaridade, tal como pode ser observado na Tabela 3 à seguir. Nessa tabela é possível verificar que a despeito de Haddad ter sido um candidato elitista, foi também entre os eleitores de maior escolaridade e renda que Doria conseguiu alcançar o maior número de eleitores, o que mostra a clara tendência de manutenção de sua base de apoio das últimas eleições.

Tabela 3. Escolaridade, Renda e Intenção de Voto – 2016 (%)

	Total	Escolaridade			Renda Familiar			
		Fund.	Médio	Superior	Até 2 SM	Mais de 2 a 5 SM	Mais de 5 a 10 SM	Mais de 10 SM
João Doria	38	31	36	44	30	36	45	53
Celso Russomanno	14	22	16	5	20	15	7	3
Fernando Haddad	12	10	10	21	9	15	18	21
Marta	12	18	14	6	17	12	7	4
Luiza Erundina	5	3	3	7	3	5	6	6
Major Olímpio	2	1	2	2	1	2	2	2
Outros	3	1	2	3	2	2	2	2
Br/Nul/Nen.	10	6	12	10	10	10	10	7
Não Sabe	4	8	4	2	7	3	3	1

Fonte: Datafolha, 21/09/2016.

Além disso, o padrão geográfico de votação de Doria também não destoava dos anteriores, mostrando haver ainda uma tendência do centro expandido votar mais no PSDB do que a periferia paulistana, tal como pode ser visto no mapa 5 em anexo. Assim, é bem improvável a ocorrência de um novo realinhamento histórico nesse momento. Para que houvesse tal fenômeno seria necessário observar uma tendência do PSDB estar ganhando maior terreno na periferia, entre os eleitores mais pobres e com menor escolaridade, ao mesmo tempo que o PT perderia seu espaço dentro da periferia. A segunda condição parece estar posta, enquanto a primeira não é tão clara.

Apesar do PSDB ter conseguido aumentar substancialmente seu voto periférico (tal como pode ser visto no mapa 6) e entre os eleitores de menor renda e escolaridade,

podemos atribuir esse aumento mais à baixa avaliação do governo Haddad e a consequente migração dos eleitores descontentes para o candidato Doria, do propriamente uma inversão nas bases sociais desses partidos. O PSDB venceu sim entre os mais pobres, mas a proporção de votos entre os mais ricos foi maior, tal como visto na tabela 3.

Nesse sentido, o padrão eleitoral singular do PT nessa eleição supõe-se ser reflexo de um desalinhamento do eleitor petista. Esse processo atingiria mais aquele eleitor com uma menor capacidade cognitiva, baixa escolaridade e menor renda, mais vulnerável a fatores de curto prazo como as informações trazidas pelas campanhas políticas. A partir dessa lógica, seria plausível considerar que o eleitor médio do PT nessa eleição foi a sua base de apoio tradicionalmente mais intelectual, classe média universitária, mais resistente a persuasão via mídia e campanhas eleitorais e mais os eleitores que avaliaram de forma positiva o governo Haddad.

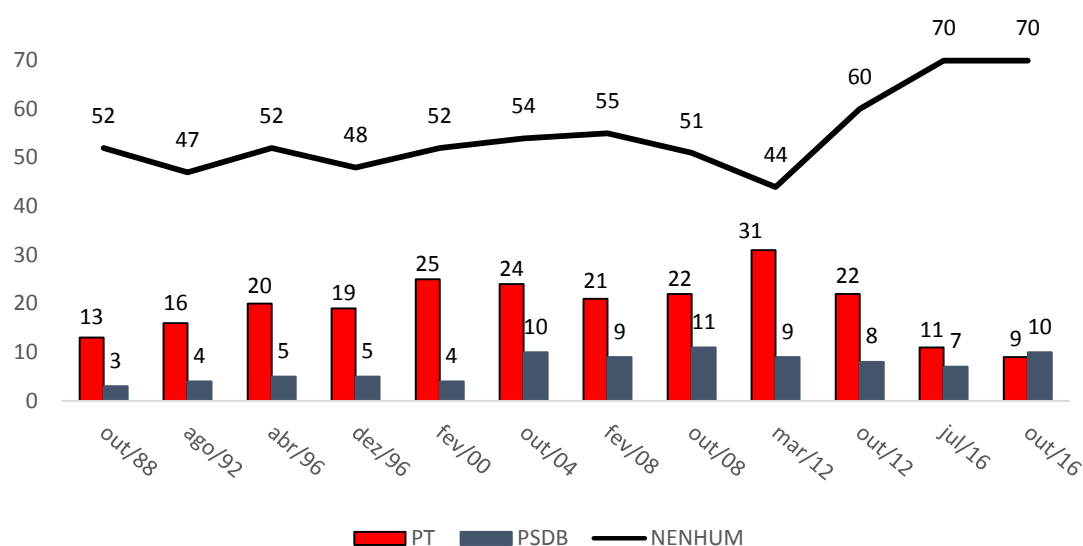
Alienação eleitoral e desalinhamento parcial – resposta crítica do eleitorado.

Segundo a literatura, os principais indicadores de desalinhamento eleitoral seriam a diminuição da identidade partidária e da participação eleitoral (Dalton, McAllister e Wattenberg 2000, 2003).

Partindo do princípio de que a identidade partidária funciona como um fator estabilizador do comportamento eleitoral, o enfraquecimento do vínculo entre o eleitor e o partido, devido a fatores como o desapontamento da população com o desempenho dos políticos e o seu alto grau de corrupção (Carreras, Morgenstern e Su, 2013), leva a uma diminuição da importância dos partidos no processo de tomada de decisão dos eleitores, tornando as eleições mais imprevisíveis e o eleitor mais vulnerável a estímulos eleitorais de curto prazo, assim como a candidaturas populistas e demagógicas.

Analisando dados sobre identidade partidária do PT na cidade de São Paulo, observa-se que o partido tinha apenas 9% em outubro 2016, o seu pior índice em comparação com os anos anteriores nos quais se mantinha em 20%. Ao mesmo tempo que diminuiu o número de pessoas identificadas com o PT, houve também um aumento significativo dos que declararam não apoiar nenhum partido, chegando estes últimos a um patamar nunca antes alcançado nessa série histórica, 70%.

Gráfico 6. Evolução de identificação partidária PT- PSDB -1988- 2016.



Fonte: Datafolha.

Considerando a identidade partidária como um atalho cognitivo para a escolha eleitoral, principalmente entre os menos escolarizados, e os partidos como indutores da mobilização eleitoral, adiminuição da identidade partidária e o aumento dos eleitores que declaram não apoiar nenhum partido, torna a decisão do eleitor mais custosa, aumentando a probabilidade do eleitor se abster. Logo, um segundo indicador do desalinhamento seria a diminuição da participação eleitoral (“Turnout”) ou aumento do nível de alienação eleitoral (votos nulos, brancos e abstenções).

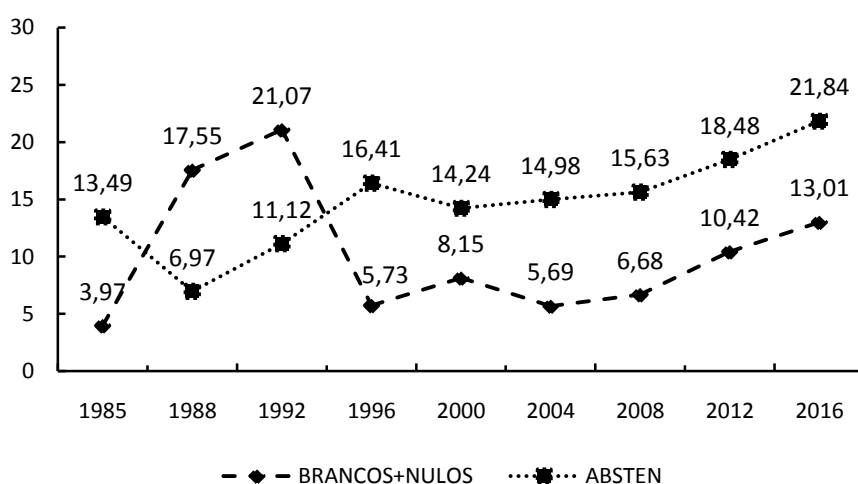
O debate sobre a alienação eleitoral no Brasil geralmente associa votos nulos e brancos ao menor grau de escolaridade dos eleitores (Lima Junior, 1993 e Nicolau 2002), enquanto que os níveis de abstenção além do fator anterior refletem também a decisão racional do eleitor sobre comparecer ou não às urnas de acordo com a percepção da relevância da sua participação no processo eleitoral (Santos, 1987). Em outras palavras, quando o eleitor considera que seu voto não faz diferença no resultado final da eleição, ou mais ainda, na forma como as decisões políticas são tomadas, ele tende a se abster. Assim, em um quadro de desapontamento do eleitorado com a classe política é presumível que ocorra um aumento nos níveis de alienação eleitoral.

Analisando os dados sobre alienação eleitoral nas eleições municipais de São Paulo de 1985 a 2016 (gráfico 2), os altos índices de voto nulo e branco nas eleições de

1988 e 1992 e a sua ligeira queda a partir de 1996 podem ser atribuídos à introdução da urna eletrônica (Nicolau, 2002; Limongi e Mesquita, 2008) enquanto que a tendência de crescimento das variáveis abstenção e voto nulo e branco a partir da eleição municipal de 2008 talvez reflita um processo de desalinhamento sistêmico na cidade São Paulo, ponderando que a queda na identidade partidária do PT segundo o gráfico 6 ocorreu apenas em 2016.

Esse aumento da taxa de alienação eleitoral (abstenções, votos brancos e nulos) passando de 22% em 2008 para 35% em 2016 foi um dos principais motivos “técnicos” para que o candidato Doria do PSDB tenha ganho logo no primeiro turno, já que quanto menor a quantidade de votos válidos em uma eleição, mais fácil alcançar os 50% + 1 necessários para a vitória em primeiro turno.

Gráfico 7- Alienação eleitoral em São Paulo – 1985-2016.



Fonte: Seade, TSE

Quando dividimos a cidade de São Paulo em duas regiões: centro e periferia (gráficos 3 e 4), essa última cobrindo as regiões de apoio tradicionais do PT: regiões sudoeste, extremo sul e leste, notamos que a taxa de crescimento da alienação eleitoral de 2012 a 2016 na periferia foi quase 4% maior do que nos distritos centrais (tabela 1). Essa discrepância pode indicar um processo de desalinhamento mais intensificado nessa região da cidade. Sem o fator estabilizante da identidade partidária, o eleitor acaba decidindo o seu voto através de estímulos de curto prazo como a avaliação retrospectiva de governo. Como vimos o prefeito Haddad chegou ao período eleitoral com apenas 14%

de avaliação ótimo e bom, sendo melhor avaliado entre os mais escolarizados e com maior renda, padrão esse oposto à base eleitoral histórica do PT na cidade e principalmente na periferia a partir de 2004. Assim, podemos levantar a hipótese que parte dos eleitores tradicionalmente votavam no PT na periferia, descontentes, além de terem mudado o seu voto para outro candidato (principalmente Doria), podem ter anulado, votado em branco, ou se absterido, contribuindo portanto, para o baixo desempenho do partido e diminuição do número de votos válidos na eleição.

Tabela 4– alienação eleitoral - 2004-2016.

Alienação eleitoral	Centro	Periferia
2004 a 2008	1,88%	1,3%
2008 a 2012	6,3%	7,01%
2012 a 2016	4,03%	7,97%

Gráfico 8 - Alienação eleitoral em São Paulo no Centro de São Paulo – 1985-2016.

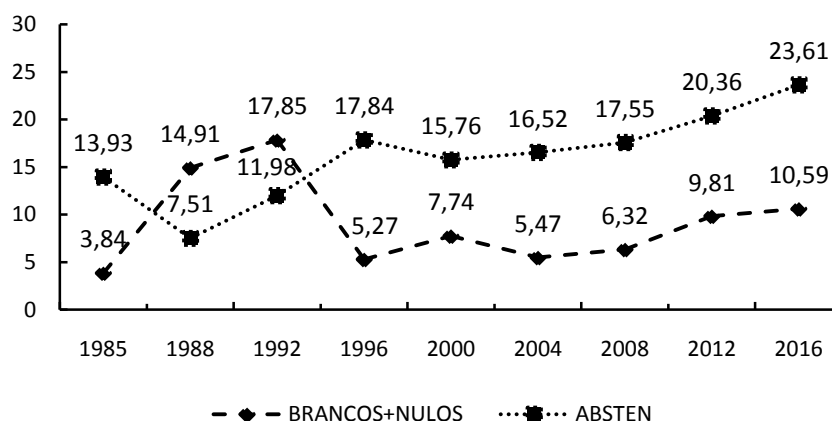
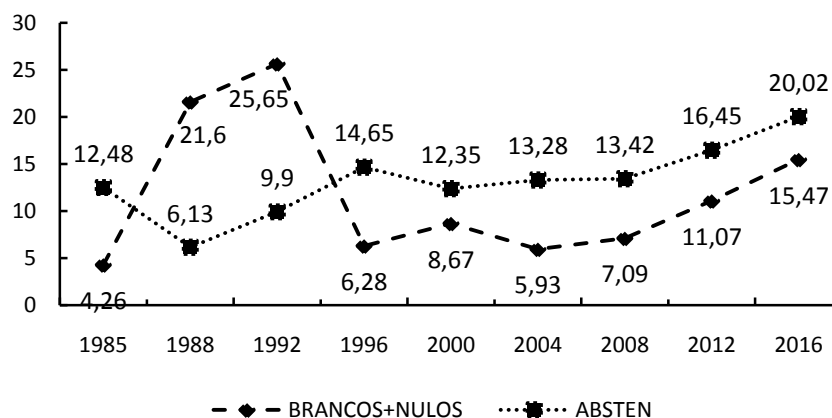


Gráfico 9 - Alienação eleitoral na Periferia de São Paulo – 1985-2016.



Conclusões.

Este trabalho em desenvolvimento buscou analisar os padrões geográficos de comportamento de classe nas eleições paulistanas de 2016, tratando de avaliar as razões para a derrota do PT na periferia e nos estratos mais baixos de renda, bem como avaliar os motivos pelos quais Doria venceu o pleito.

O quadro analisado é inédito por duas razões: pela vitória de um candidato no primeiro turno e pela perda do PT na periferia de São Paulo. O PT, que em seu início eleitoral em São Paulo possuía maior tendência de voto entre os eleitores de maior classe social e, sobretudo, de escolaridade, tinha desde o começo a periferia como o reduto eleitoral. Entretanto, com o decorrer das eleições o PT foi ganhando terreno entre os eleitores de classes sociais mais baixas, ao mesmo tempo que ampliava sua predominância nas franjas da cidade. Assim, o quadro é inédito pois pela primeira vez o PT teve pior desempenho entre os mais pobres e entre os eleitores periféricos. Observou-se inclusive que o melhor desempenho de Haddad está concentrado em regiões centrais e ricas da cidade, algo não observado até então.

Esse desempenho possivelmente está relacionado com a baixa aprovação da administração Haddad, em especial na periferia, bem como com o descontentamento com o PT em nível nacional, o que levou, inclusive, a uma queda expressiva da identificação partidária com essa legenda na capital paulista.

Essa inversão de tendência de voto de classe e geográfico do PT não parece indicar um realinhamento eleitoral em curso. Para que isso fosse observado seria necessário que o PSDB perdesse apelo entre os eleitores de classe mais alta e aumentasse o seu eleitorado de classe mais baixa, além de perder o voto dos eleitores das regiões centrais, ao mesmo tempo que aumentasse o voto na periferia, alterando assim o seu padrão de alinhamento eleitoral. Entretanto, o PSDB manteve o seu padrão anterior de alinhamento, e apesar de ter aumentado seu desempenho entre os mais pobres e entre os eleitores da periferia, continuou sendo mais votado entre os mais ricos e na região do centro expandido.

Assim, o mais lógico ocorrido para explicar esse alinhamento observado em 2016 para o PT é fenômeno de um desalinhamento de voto. Sem o fator estabilizantes da identificação partidária, o eleitorado acaba aderindo a fatores de curto e médio prazo para decidir o voto e, dessa forma, deixando os eleitores mais suscetíveis à avaliação

retrospectiva de governo e à campanha eleitoral. Assim, a base social e o reduto geográfico petistasdescontentes com os rumos da legenda, tanto em nível local quanto nacional, parecem ter decidido optar por outras candidaturas ou se alienar eleitoralmente. Se a periferia vai ou não manter esse padrão nas próximas eleições e consolidar uma quebra com o PT é algo a se observar no futuro.

Bibliografia.

- ALFORD, R. 1967. Class Voting in the Anglo-American Political Systems in S. M. Lipset and S. Rokkan, *Party Systems and Voter Alignments: Cross-national Perspectives*.
- ALMEIDA, A. C. A Cabeça do Eleitor. São Paulo: Record, 2008.
- ARCHER, J. C.; TAYLOR, P. J. Section and Party: A Political Geography of American Presidential Elections, from Andrew Jackson to Ronald Reagan. Chichester: Wiley, 1981
- BORBA, F.; FIGUEIREDO, M. 2014. “Quanto vale o voto da TV?” *Insight Inteligência*, vol. 64, nº 1, p. 101-114.
- BRAGA, M. S. S & PIMENTEL JR., J. 2011. *Os partidos políticos brasileiros realmente não importam?*. *Opinião Pública*, Campinas, v. 17, n. 2, p. 271 – 303.
- CARRERAS, M., MORGENSTEN, S. E SU, Y. 2013. The Theory of Partisan Alignments and an Empirical Exploration of Latin America. *Instituto de Iberoamérica*, Universidad de Salamanca, Documentos de Trabajo 14.
- CINTRA, A. O. 1968. Partidos Políticos em Belo Horizonte: Um Estudo do Eleitorado. Dados, Rio de Janeiro, IUPERJ, 5.
- DALTON, R. J.; SCOTT, C. F. and BECK, P. (Eds.), 1984. *Electoral Change: Realignment and Dealignment in Advanced Industrial Democracies*. Princeton: Princeton University Press.
- DALTON, R.J.; MCALLISTER, I.; WATTENBERG, M.P. 2000. The Consequences of Partisan Dealignment. In: DALTON, R.J.; WATTENBERG, M.P. (Eds.), *Parties without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies*. Oxford: Oxford University Press, cap. 3, p. 37- 63
- DALTON, R.J.; MCALLISTER, I.; WATTENBERG, M.P. 2003. Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas. *Análise Social*, v. 38, n.167, p. 295-320.
- FERREIRA, O. S. 1960. Comportamento Eleitoral em São Paulo, RBEP, nº8.
1964. A Crise de Poder do Sistema e as Eleições Paulistas de 1962, RBEP, nº16.
- Figueiredo et al. 2002,
- FRIZZO, D. 2013. Da Classe média à periferia? O PT nas eleições municipais paulistanas (1996-2012). Dissertação de Mestrado, DCP, USP.
- GALLAGHER, M.; LAVER, M.; MAIR, P. 2011. Cleavage Structures and Electoral Change. In: _____ *Representative Government in Modern Europe*. Ed. McGraw-Hill Higher Education, 2011, cap 9, p. 278-325.
- HOLZHACKER, D. e Balachevsky, E. 2007. Classe ideologia e política: uma interpretação dos resultados das eleições de 2002 e 2006, *Opin. Publica* vol.13 no.2 Campinas Nov. 2007.
- INGLEHART, R. 1984. The changing structure of political cleavages in Western society. In: DALTON, R. J.; SCOTT, C. F. and BECK, P. (Eds.), *Electoral Change: Realignment and Dealignment in Advanced Industrial Democracies*. Princeton: Princeton University Press, p. 25-69.
- INGLEHART, R.; PIPPA, N. 2016. Trump, Brexit, and the rise of populism: economic have-nots and cultural backlash. In: American Political Science Association Annual Meeting, Philadelphia, 1–4, September.
- LAMOUNIER, B. 1978. Comportamento Eleitoral em São Paulo: Passado e Presente in: Cardoso, F.H. & Lamounier, B. (orgs.). *Os Partidos e as Eleições no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra

LIMA JÚNIOR, O. B. Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80. São Paulo: Loyola, 1993.

LIMONGI, F.; MESQUITA, L. 2008. Estratégia partidária e preferência dos eleitores: as eleições municipais em São Paulo entre 1985 e 2004. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 81.

MANZA, J. HOUT, M AND BROOKS, C. 1995 “Class Voting in Capitalist Democracies Since World War II: Dealignment, Realignment, or Trendless Fluctuation?” *Annual Review of Sociology* Vol. 21:137-162.

MARTINS J.R, J. P. 2009. “Modelo sociológico de decisão de voto presidencial no Brasil - 1994-2006”. *Revista Debates (UFRGS)*, vol. 3, p. 68-96.

NIEUWBEERTA, P. 1995. *The democratic class struggle in twenty countries (1945-1999)*. Amsterdam: Thesis Publisher.

NICOLAU, J. 2002, A Participação Eleitoral no Brasil, in: Luiz Werneck Vianna, (ed.), *A Democracia e os Três Poderes no Brasil*, Belo Horizonte: Editora UFMG.

PIERUCCI, A. F. 1989. A direita mora do outro lado da cidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 4, n. 10.

PIMENTEL, J. e PENTEADO, C. 2011. Predisposições, avaliação de governo e campanha eleitoral: a vitória de Kassab em São Paulo. In: Antonio Lavareda; Helcimara de Souza Telles. (Org.). *Como o eleitor escolhe seu prefeito: campanha e voto nas eleições municipais*. São Paulo: Editora FGV.

REIS, F. W. 1978. Classe Social e Opção Partidária. In: REIS, F.W.(org.). *Os Partidos e o Regime: A Lógica do Processo Eleitoral Brasileiro*. São Paulo, Símbolo.

ROSE, R. & URWIN, D. 1970. Persistence and Change in Western Party Systems Since 1945. *Political Studies* 18(3): 287-319.

SADEK, M. T. R. Concentração industrial e estrutura partidária: o processo eleitoral no ABC, 1966-1982. *Tese de Doutorado*. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

SANTOS, W. G. Crise e castigo: partidos e generais na política brasileira. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1987.

SIMÃO, A. 1956. O voto operário em São Paulo, *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº 1.

SINGER, A. “Collor na periferia: a volta por cima do populismo?”. In: LAMOUNIER, Bolivar (ed.). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Editora Sumaré, 1990.

_____. 1999. *Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 2002.

_____. 2009. “Raízes sociais e ideológicas do Lulismo”. In: *Novos Estudos CEBRAP*.

_____. 2012. *Os Sentidos do Lulismo - Reforma gradual e pacto conservador*. Companhia das Letras.

SOARES, G. A. D. 1965. As Bases Ideológicas do Lacerdismo. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 4.

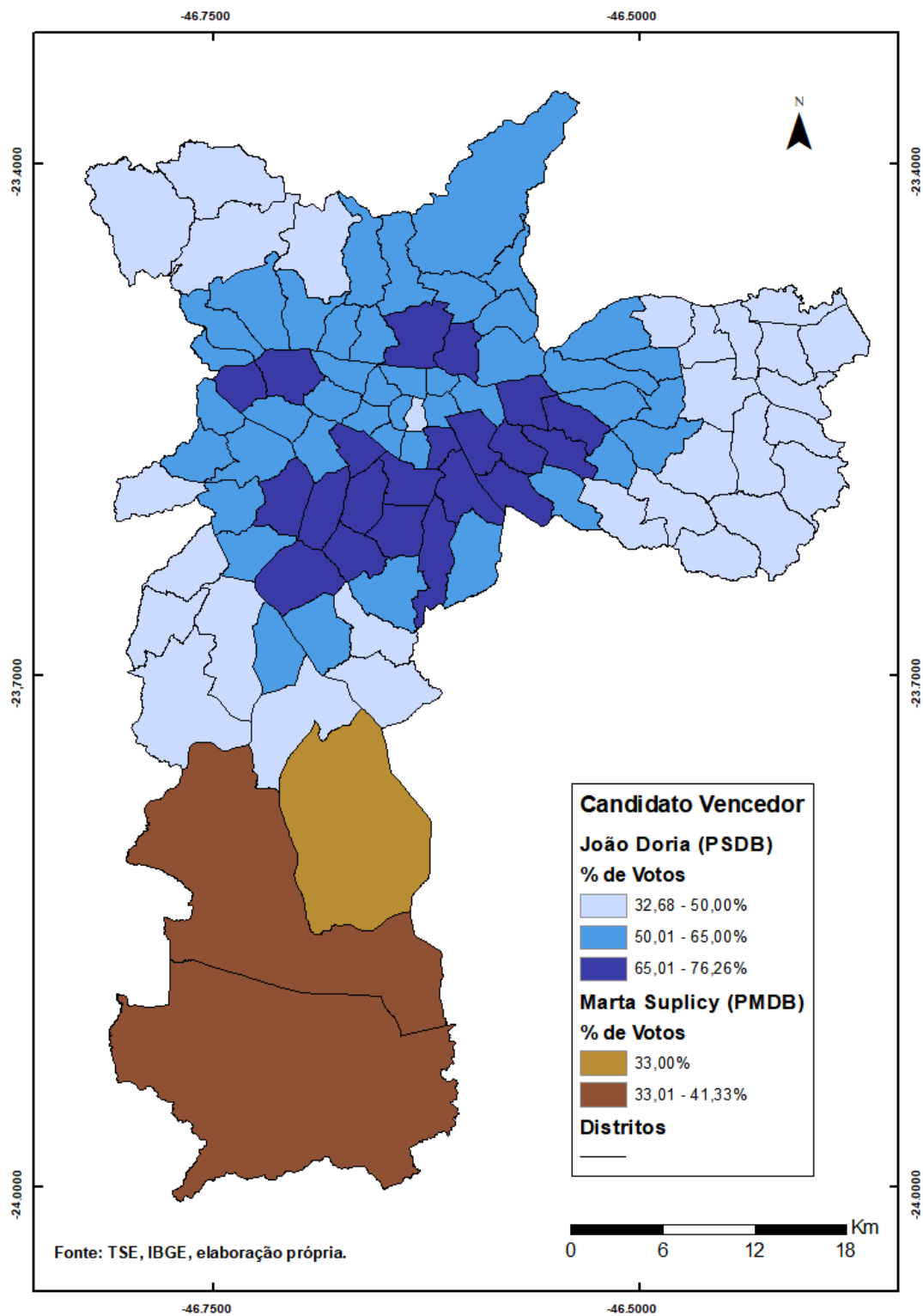
SPECK, B. W.; CERVI, E.U. (2016). “Dinheiro, Tempo e Memória Eleitoral: Os Mecanismos que Levam ao Voto nas Eleições para Prefeito em 2012”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, vol. 59, nº 1, pp. 53 a 90.

KEY, V. O. 1955. A Theory of Critical Elections. *The Journal of Politics*, v.17, n.1, p. 3-8.

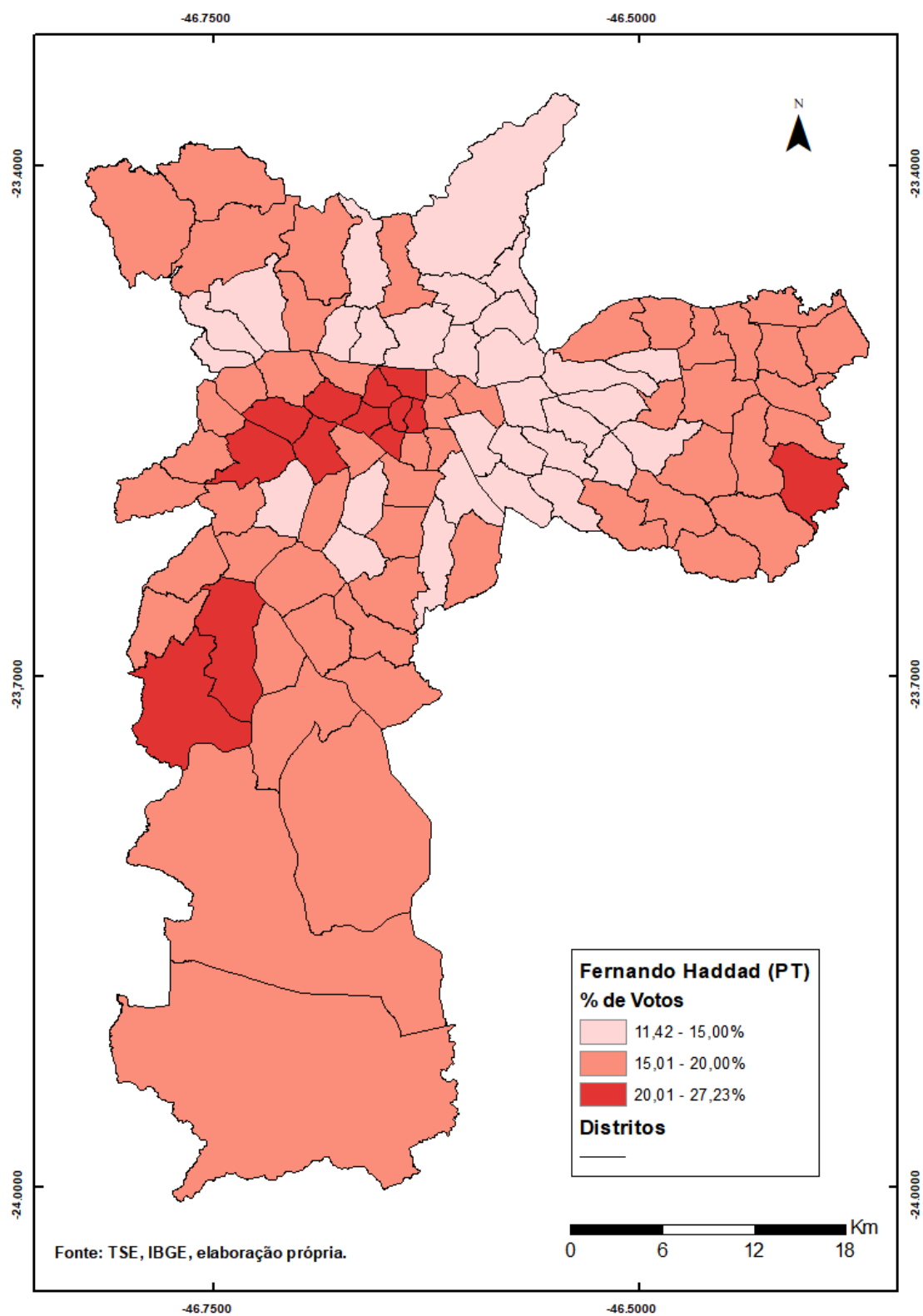
_____. 1959. Secular Realignment and the Party System. *Journal of Politics*, v.21, n.2, p.198-210.

WEFFORT, F. C. 1965. Raízes sociais do populismo em São Paulo. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2.

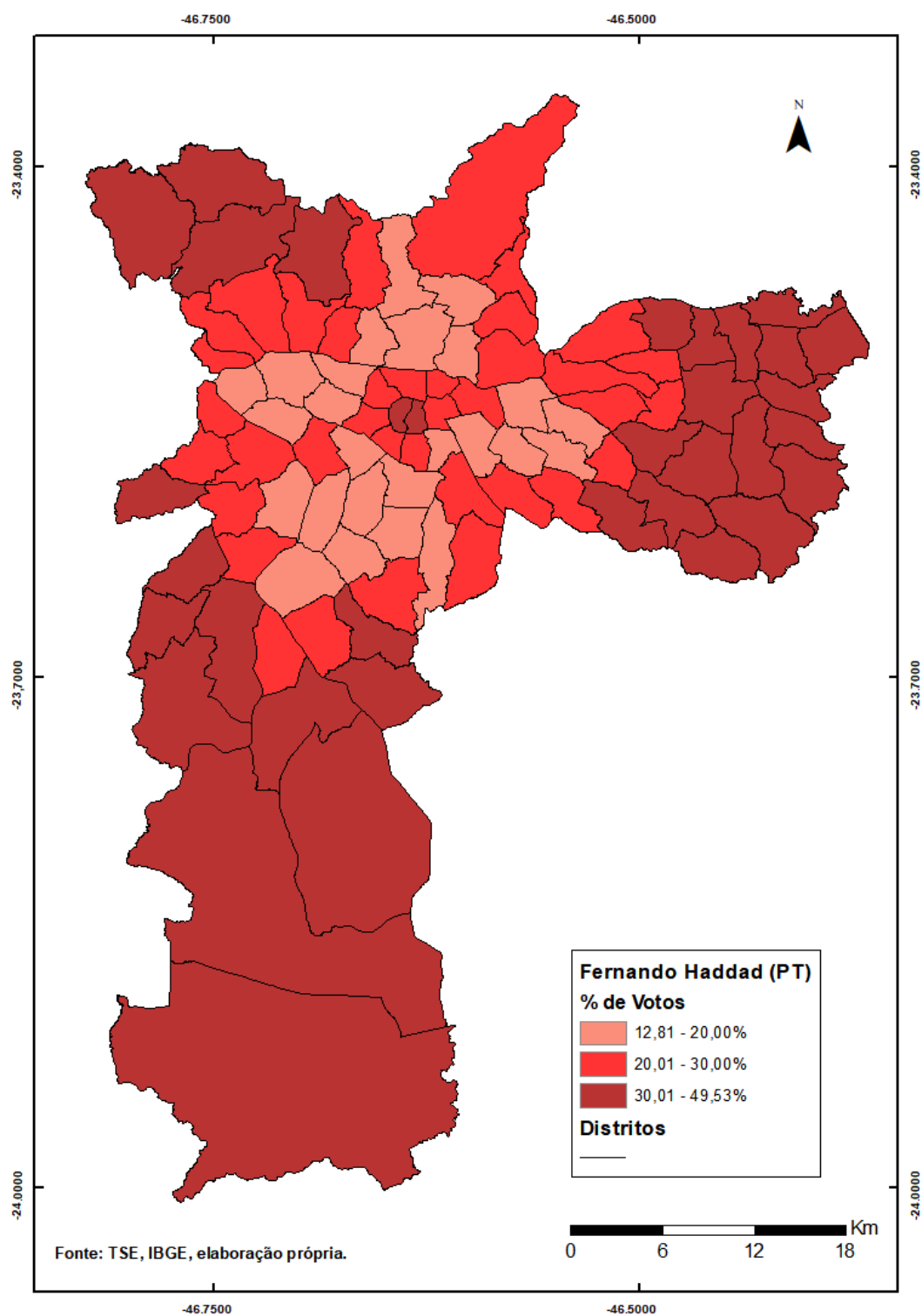
Mapa 1 – Eleição municipal de 2016 candidatos vitoriosos por distritos administrativos da cidade de São Paulo. (anexo)



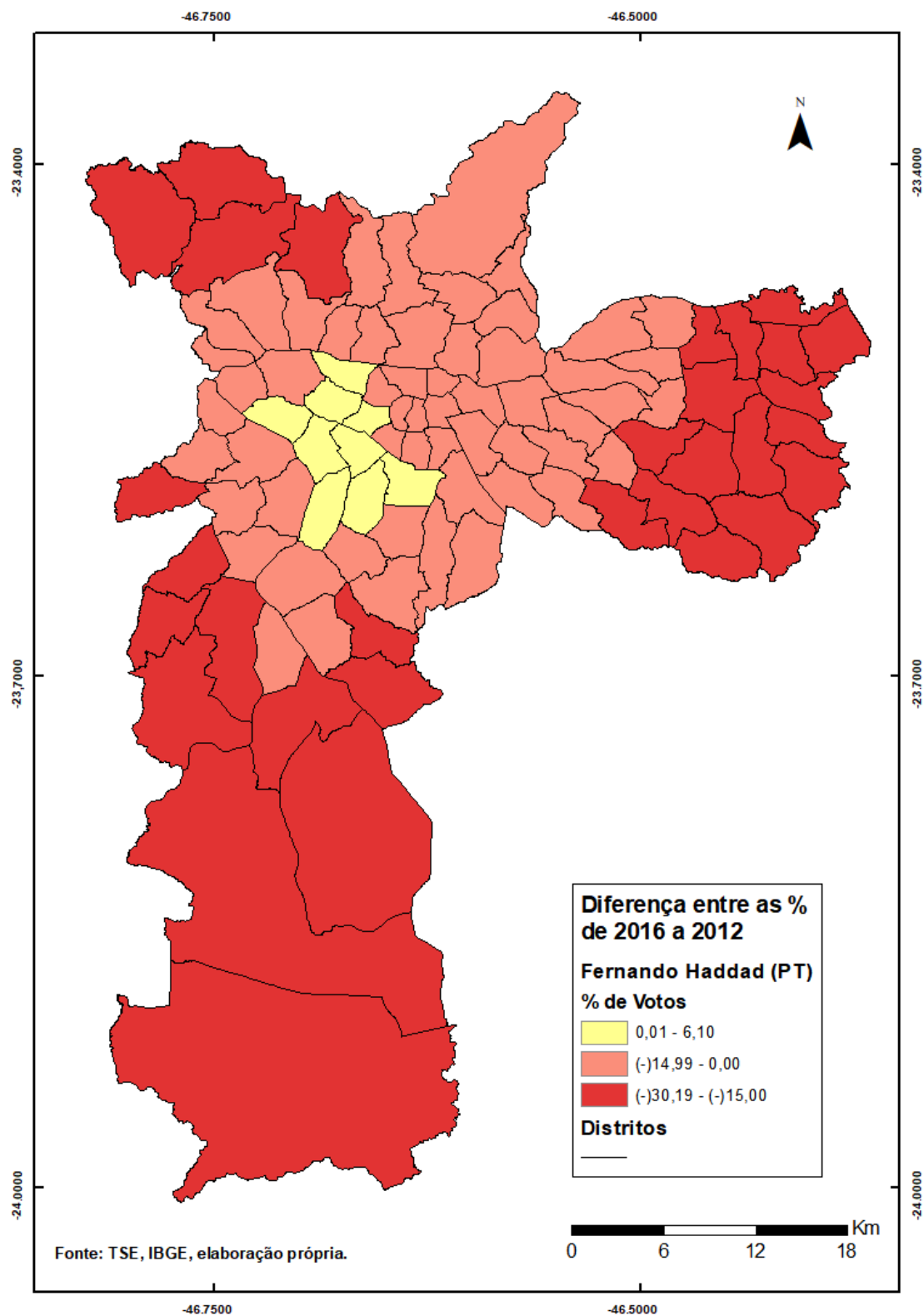
Mapa 2 – Porcentagem de votos para Fernando Haddad (PT) na eleição municipal de 2016 em São Paulo na escala dos distritos administrativos de São Paulo (anexo).



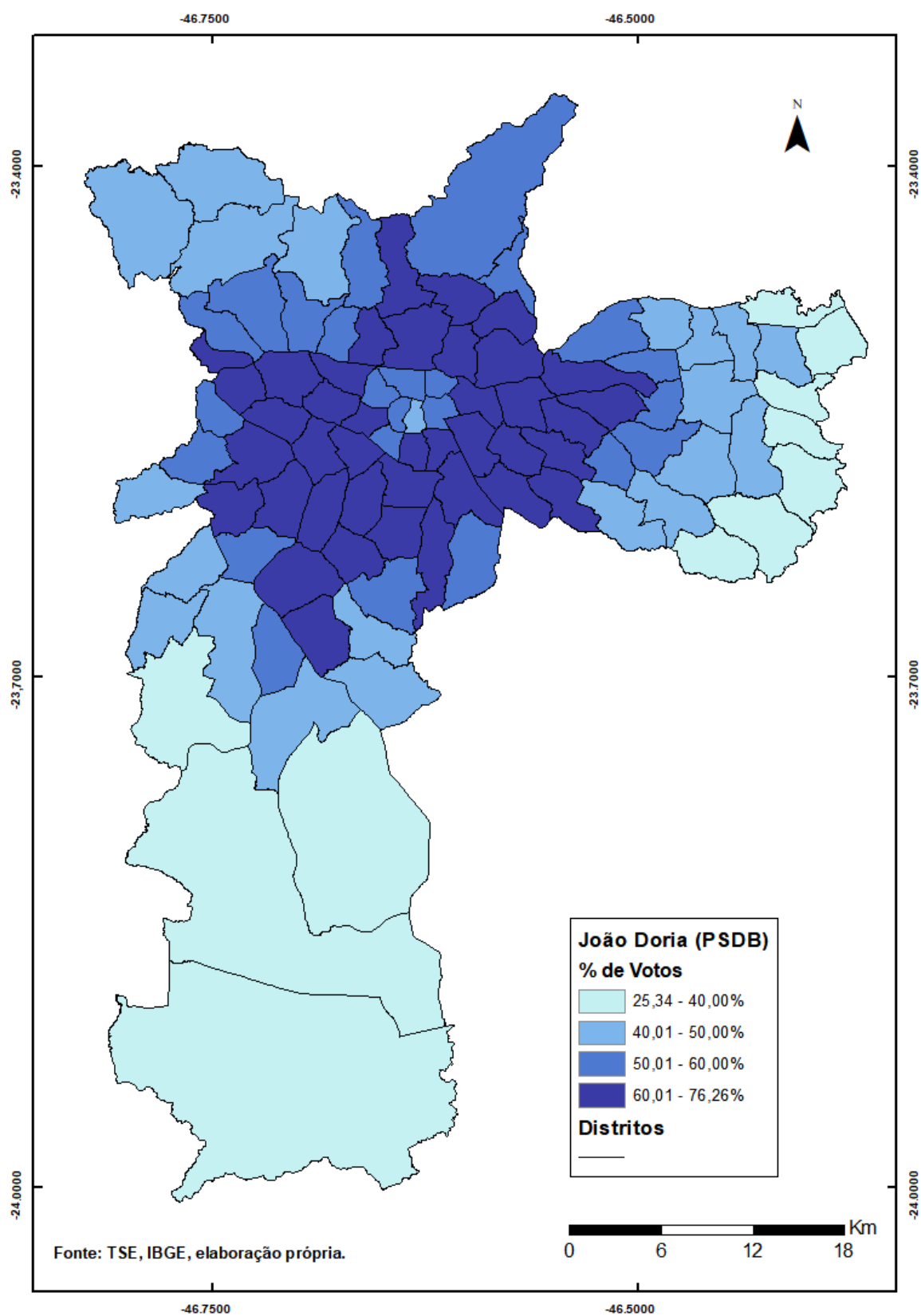
Mapa 3 - Porcentagem de votos para Fernando Haddad (PT) na eleição municipal de 2012 em São Paulo na escala dos distritos administrativos de São Paulo (anexo)



Mapa 4 – Diferença entre a porcentagem de votos obtida por Fernando Haddad na eleição municipal de 2016 em comparação com o primeiro turno de 2012 na escala dos distritos administrativos de São Paulo.



**Mapa 5– Porcentagem de votos para João Doria na eleição municipal de 2016 em São Paulo
na escala dos distritos administrativos de São Paulo (anexo)**



Mapa 6— Diferença entre a porcentagem de votos obtida do PSDB na eleição municipal de 2016 em comparação com o primeiro turno de 2012 na escala dos distritos administrativos de São Paulo.

